



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003704-96.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Valor da Execução / Cálculo / Atualização**
 Exequente: **Hilda Marona e outros**
 Executado: **'Banco do Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

Vistos.

A impugnação, nos termos do artigo 523, do CPC é intempestiva.

Conforme se verifica nos autos, o executado foi intimado para pagamento do débito em 15 (*quinze*) dias a partir de 19/04/2017 (*cf. fls. 142*), de modo que, findo esse prazo, tem início a contagem de outro, de 15 (*quinze*) dias para a interposição de impugnação.

A impugnação somente foi protocolada em 07/08/2017, quando o prazo havia vencido em 15/05/2017; *é* portanto, extemporânea.

Não obstante, foi realizada penhora *on line*, tendo sido bloqueado o valor integral do débito, de modo que, em tese, o executado poderia apresentar impugnação nos termos do artigo 854, §3º, do CPC.

Contudo, tal dispositivo é taxativo, ficando a matéria de argumentação limitada ao que dispõe os incisos I e II do §3º, artigo 854, CPC, o que não foi respeitado na impugnação.

Assim, deixo de receber a impugnação de fls. 192/226.

...

Já a ocorrência de prescrição e ilegitimidade de parte podem ser conhecidas de ofício pelo juiz, por serem matéria de ordem pública.

Com relação à prescrição: a pretensão dos credores foi veiculada tempestivamente pelo IDEC. A prescrição para ações individuais não interfere na ação coletiva. Nesse sentido: "*AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. POUPANÇA. COBRANÇA DE EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PLANO VERÃO. PRESCRIÇÃO. Prazo prescricional interrompido com a propositura da ação coletiva...*" (AI nº 0105508-81.2013.8.26.0000 – Rel. Des. Afonso Braz – 17ª Câmara de Direito Privado).

Com relação à ilegitimidade *ad causam*: a jurisprudência já firmou posicionamento no sentido de que **o poupador pode ajuizar a execução do título gerado na ação coletiva no foro do seu domicílio**. Nesse sentido é o entendimento do C. Superior Tribunal de Justiça: "[...] 1.1. A liquidação e a execução individual de sentença genérica proferida em ação civil coletiva pode ser ajuizada no foro do domicílio do beneficiário, porquanto os efeitos e a eficácia da sentença não estão circunscritos a lindes geográficos, mas aos limites objetivos e subjetivos do que foi decidido, levando-se em conta, para tanto, sempre a extensão do dano e a qualidade dos interesses metaindividuais postos em juízo (arts. 468, 472 e 474, CPC e 93 e 103, CDC. 1.2 A sentença genérica proferida na ação civil coletiva ajuizada pela Apadeco, que condenou o Banestado ao pagamento dos chamados expurgos inflacionários sobre cadernetas de poupança, dispôs que seus efeitos alcançariam todos os poupadores da instituição financeira do Estado do Paraná. Por isso descabe a alteração do seu alcance em sede de liquidação/execução individual, sob pena de vulneração da coisa julgada. Assim, não se aplica ao caso a limitação contida no art. 2º-A, caput, da Lei n.9.494/97. [...] (REsp nº 1.243.887-PR, julgado em 19/10/2011).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Assim, deixo de conhecer de parte da impugnação apresentada pelo devedor pela intempestividade; na parte conhecida, de ofício, ou seja, prescrição e ilegitimidade de parte, delibero a improcedência.

Sucumbente, caberá ao impugnante arcar com as custas processuais e honorários advocatícios devidos ao impugnado em 10% (*dez por cento*) do valor do débito.

À vista do depósito de fls. 344, JULGO EXTINTA a execução, nos termos do artigo 924, II, do Novo Código de Processo Civil.

Transitada em julgado, defiro o levantamento, pelo exequente, do valor depositado.

Oportunamente, arquivem-se.

Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 19 de outubro de 2017.

Milton Coutinho Gordo

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**